



O jornal diário dos
ancepianos.
24 de janeiro- 12h

EXERCÍCIO DE 2018: HOJE EM BRASÍLIA E ATÉ O FINAL DO MÊS EM MAIS 3 CIDADES



O **Seminário Procedimentos e Controles na Elaboração das Demonstrações Contábeis do Exercício 2018 das EFPCs** será apresentado hoje (24) em Brasília, onde a ABRAPP será representada outra vez por seu Presidente Luís Ricardo Marcondes Martins. Este último fará exposição acerca da possibilidade que a Resolução CNPC 31, do final do ano passado, trouxe de as entidades passarem a utilizar CNPJs por plano e das vantagens que advirão disso, além dos próximos passos que precisarão ser dados a respeito. O Diretor Carlos Flory foi na mesma linha na edição do evento em São Paulo, na quinta-feira (17).

Para Roque Muniz, todas essas ocasiões virão confirmar a preocupação que move as duas associações de ajudar as entidades a extraírem o máximo benefício do CNPJ por plano. Com isso, prestados todos os esclarecimentos necessários, ficará mais fácil operacionalizar as novas normas, que aliás ainda demandam instruções normativas por parte da Previc e da própria Receita Federal.

Os seminários já foram realizados em Salvador (15/01), São Paulo (17/01), Recife (18/01), Vitória (22/01) e ontem em Belo Horizonte (23/01). Hoje será a vez de Brasília (24/01) e depois disso de Curitiba (25/01), Florianópolis (28/01) e Porto Alegre (29/01).

As apresentações estão sendo um sucesso, uma vez que todas atraíram um público expressivo.

Previc regulamenta seleção e monitoramento de administradores de carteiras de valores mobiliários

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) regulamentou procedimentos para seleção e monitoramento de administração de carteiras de valores mobiliários e de fundos de investimento, conforme [Instrução Normativa nº 1/2019](#). A medida normatiza os artigos 4º e 11º da [Resolução CMN nº 4.661/18](#) e foi submetida à consulta pública em novembro de 2018.

O normativo define requisitos mínimos para seleção e monitoramento de administração de carteiras de valores e de fundos de investimento e estabelece critérios adicionais para a seleção de Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo de Investimento Imobiliário (FII).

Adicionalmente, o documento estabelece os critérios exigidos para o aporte de 3% do capital subscrito em FIP, além de detalhamento operacional para o cumprimento dos requerimentos e de experiência exigida para gestores de fundos no exterior.

Com a edição da Instrução, a Previc contribui para o aperfeiçoamento da Governança de investimentos e atualização de práticas de controles internos, em linha com as [Consultas Públicas nº 5 e 6/2018](#), disponíveis até 11/2/2019, que tratam da governança e da transparência das fundações, respectivamente.

A medida faz parte das ações “Implementar modernização, proporcionalidade regulatória e simplificação normativa” e “Modernizar modelo de governança em Fundos de Pensão” do [Plano de Ação 2018-2019](#).

Petros e Previ: BRF minimiza impacto das restrições sauditas às exportações de frango

A BRF afirmou nesta terça-feira que o impacto das restrições de importação decididas pela Arábia Saudita na véspera será limitado e que deverá retomar o ritmo anterior de exportações para o país em no máximo três meses, informam os jornais **DCI**, **O ESTADO DE S. PAULO** e **O GLOBO**.

Segundo a companhia, da qual Petros e Previ detém uma fatia de 22%, as restrições sauditas envolvem apenas uma fábrica da empresa, em Lajeado (RS), e estimou que a perda de receita líquida será de no máximo 45 milhões de reais no período de três meses.

Educação financeira: Brasileiro planeja pouco

Mais de uma terça parte dos brasileiros (36%) "não administra as próprias finanças". O número é alto, mas resta como consolo que houve uma queda de 9 pontos percentuais em relação ao levantamento anterior. A notícia está no jornal **DCI**.

Os pesquisadores apontam um quadro de grave falta de planejamento.

Governo busca gastar menos com aposentadorias por invalidez

Depois de iniciativas de combate às fraudes, o governo quer diminuir as concessões de aposentadoria por invalidez. A ideia é trabalhar com medidas de reabilitação profissional, que dependem de uma integração dos ministérios da Saúde e Educação com a Previdência e o Trabalho. No país, entre 17% e 18% das aposentadorias emitidas são por esse critério, enquanto no mundo o índice está abaixo dos 10%. Em 2017, a despesa do governo com esse benefício foi de R\$ 54,1 bilhões.

Em entrevista ao **VALOR ECONÔMICO**, o secretário-adjunto de Previdência, Leonardo Rolim, afirmou que em muitas situações o trabalhador é incapacitado para atuar em determinado serviço, mas pode realizar um outro e não simplesmente se aposentar. Por isso, há necessidade de trabalhar a reabilitação profissional. Menos de 5% das pessoas que pleiteiam o benefício hoje passam por algum processo de reabilitação. "Precisamos qualificar o trabalhador para outra atividade. O foco é a melhoria do gasto", disse Rolim. Para o secretário, não haveria necessidade de mudança legal, embora isso ainda esteja em avaliação. O caminho a ser percorrido é mais na linha de medidas de gestão dentro do governo para integrar mais os diferentes ministérios. Eventualmente isso demandará a publicação de normativos como decretos e portarias.